



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE AÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E  
DIVERSIDADE

**Estudo do Perfil Sócio-Educacional da População de Catadores de Materiais  
Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho**

# RELATÓRIO PARCIAL

**- PORTO ALEGRE/RS -**

**Porto Alegre, março de 2009.**





## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

**Projeto:**

MEC - FNDE/CATADORES - Estudo do perfil sócio-educacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho

**Organização/Execução:**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

**Coordenador:**

Dagmar Stermann Meyer  
Nilton Bueno Fischer

**Equipe de pesquisadores:**

Cassiano Pamplona Lisboa  
Leandro R. Pinheiro  
Márcio Amaral  
Tiago de Mello Carginin

**Execução financeira:**

FAURGS  
EDU/SECAD/PERFIL SÓCIO-EDUCACIONAL – CÓD: 6295-2

**Período de execução:**

Setembro de 2008 a dezembro de 2009.



Ministério da Educação  
Secretaria de Ação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	4
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO</b>	5
1. SOBRE PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS .....	5
2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	6
3. CRITÉRIOS E AMOSTRAS: OS SUJEITOS COM QUEM DIALOGAMOS.....	8
<b>PERFIL DAS UNIDADES DE TRIAGEM</b>	10
1. CONSTITUIÇÃO JURÍDICA E FORMAÇÃO DOS GRUPOS .....	10
2. DINÂMICA PRODUTIVA, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO.....	11
3. USO DE EPIS E ACIDENTES DE TRABALHO .....	12
4. GESTÃO FINANCEIRA: COMERCIALIZAÇÃO, FONTES DE RENDA, FUNDOS DE RESERVA E PARTILHA.....	13
5. PARCERIAS.....	14
<b>PERFIL DOS CATADORES/RECICLADORES</b>	15
1. GÊNERO E RECICLAGEM.....	15
2. INSERÇÕES E PARTICIPAÇÕES.....	17
3. ESCOLARIDADE E RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO .....	17
4. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E TRABALHO .....	19
4.1 <i>Condições de moradia</i> .....	19
4.2 <i>Composição familiar e renda</i> .....	19
4.3 <i>Composição familiar: filhos e escolaridade</i> .....	20
4.4 <i>Trajetórias de trabalho</i> .....	22
4.5 <i>Vínculos formais: carteira de trabalho e INSS</i> .....	23
4.7 <i>Tempo de trabalho na reciclagem</i> .....	24
4.8 <i>Ganhos individuais com reciclagem</i> .....	26
4.8 <i>Renda e escolaridade</i> .....	27
4.9 <i>Aprendizagens no trabalho</i> .....	28
<b>CONSIDERAÇÕES E CONTINUIDADES</b>	29
<b>TRAJETÓRIAS EM IMAGENS</b>	31

## APRESENTAÇÃO



Este relatório destaca dados e impressões preliminares no Estudo do Perfil Sócio-Educacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho (MEC/FNDE), trazendo a análise da realidade de catadores/recicladores<sup>1</sup> da cidade de Porto Alegre.

Tomando as delimitações enunciadas no projeto, e mencionadas no próximo item, este documento descreve características de trabalhadores e unidades de reciclagem, priorizando condições econômicas, organizacionais e educacionais que constituem os coletivos de trabalho consultados. Trata-se, aqui, de indicar inferências preliminares obtidas na pesquisa, no intuito de compartilharmos problematizações.

Para tanto, organizamos o texto da seguinte forma. Iniciamos pelo resgate de procedimentos, técnicas e critérios adotados para este Estudo, depois apresentamos as atividades realizadas em campo quando das consultas em Porto Alegre<sup>2</sup>. Em seguida, caracterizamos as unidades consultadas, detalhando em tópicos constituição jurídica e formação dos grupos, dinâmicas produtivas, uso de EPIs e incidência de acidentes de trabalho, gestão financeira e parcerias. Então, passamos à análise do perfil dos catadores/recicladores, considerando as relações entre trabalho e condição de gênero, as inserções sociais destes trabalhadores, a escolaridade e a interação com os estudos presentes nas trajetórias e, por fim, as condições sócio-econômicas e de trabalho.

Encerramos o relatório trazendo provocações acerca da construção de práticas educativas para este segmento de trabalhadores, ponderando sobre suas condições de vida por eles relatadas e sobre a transitoriedade que parece lhes constituir, esboçando, assim, um ensaio analítico para pensarmos a continuidade desta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Optamos pela utilização neste projeto do termo “catadores/recicladores”, a exemplo do que faz Clitia Helena B. Martins (2005), a fim de evidenciar o processo de construção de uma identidade ocupacional ou “profissional” destes trabalhadores, que ora se apresentam como catadores, ora como recicladores. Esta diversidade de nomenclatura se constitui em um tema que será aprofundado no decorrer da pesquisa.

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que os questionários e as entrevistas já estão sendo aplicados e realizados em outras cidades da região metropolitana e do Estado, mas a análise de tais informações fará parte apenas do relatório final. Não haveria tempo hábil dentro do cronograma para considerarmos tal volume de informações já neste documento preliminar.



## METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

### 1. Sobre procedimentos e técnicas

Antes de relatarmos como procedemos nos levantamentos de Porto Alegre, cabe lembrar as fases planejadas para realização do Estudo e seus objetivos.

A pesquisa está organizada para efetivação em três etapas: 1) o desenvolvimento de consultas em cidades do Rio Grande do Sul, que, além de compor parte do cronograma investigativo, contribuirá para a identificação de fatores que interferem no perfil do catador/reciclador; 2) a efetivação de levantamentos em municípios de Santa Catarina e Paraná, visando retratar minimamente a diversidade de contextos de trabalho dos catadores/recicladores na Região Sul do país<sup>3</sup>; e 3) a reunião e análise final das informações obtidas, cuja escrita e síntese configuram uma importante etapa de elaboração, dados que podem sugerir a necessidade de mais consultas e/ou promover inferências inovadoras.

Conforme já mencionado, a investigação se direciona à população de catadores/recicladores elencada no cadastro de cooperativas, associações e grupos em formação realizado pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), acrescido de registros de órgãos públicos municipais, por considerarmos que estas são as principais bases de dados disponíveis no momento (para a realidade nacional).

Neste íterim, os objetivos definidos para a pesquisa são:

- Realizar levantamento sócio-demográfico junto à população de catadores/recicladores registrados no MNCR e em órgãos públicos municipais;
- Traçar um perfil sócio-cultural do catador/recicladores, abrangendo dimensões sociais, culturais, geográficas, ambientais e históricas por meio de exemplos de trajetórias de vida e trabalho;
- Identificar conhecimentos, técnicas e procedimentos aplicados na rotina de trabalho, sinalizando possíveis temas geradores de interesse educativo;
- Mapear projetos e políticas públicas de formação e inclusão sócio-educacional de catadores/recicladores de materiais recicláveis;
- Levantar iniciativas de pesquisa universitárias na temática em questão, desenvolvidas em instituições das regiões definidas para este estudo.

Mediante tal configuração, realizamos um detalhamento na fase preliminar da pesquisa, incluindo levantamento de literaturas e referencialidades para a investigação,

---

<sup>3</sup> Conforme já informado no projeto, a pesquisa se restringirá à Região Sul por questões de viabilidade econômica, considerando o tempo definido e os recursos financeiros disponibilizados pelo demandante, o Ministério da Educação. A ampliação do estudo será considerada futuramente mediante análise dos resultados obtidos.

identificação e atualização de bases de dados que oportunizassem contatos para trabalhos em campo e para operacionalização da pesquisa, busca de dados sócio-demográficos das regiões metropolitanas que apoiassem a construção do recorte metodológico e, por fim, a construção de instrumentos de coleta e testagem dos questionários e roteiros junto a grupos de catadores/recicladores com níveis de organização produtiva distintos.

Na seqüência, definimos critérios para efetivarmos a primeira fase do Estudo, selecionando cidades conforme os seguintes parâmetros:

- número absoluto de habitantes e densidade populacional, distribuídos em quatro faixas – até 50 mil habitantes, entre 50 e 200 mil, entre 200 e 500 mil, e mais de 500 mil habitantes<sup>4</sup>;
- diferentes regiões geográficas e culturais do estado;
- registros de grupos no MNCR e/ou nas prefeituras municipais.

A partir de tal recorte, pretendemos ponderar possíveis influências de características regionais e também de diferentes contextos sócio-demográficos no perfil do catador/reciclador de materiais recicláveis. Não temos a pretensão de abarcar toda a diversidade de realidades de trabalho, apenas pretendemos contrastar situações variadas, sinalizando que fatores são mais significativos na formação do catador/reciclador. Em tal sentido, estes e outros fatores intervenientes deverão ser identificados no curso da pesquisa e considerados no planejamento da investigação das próximas etapas, em Santa Catarina e Paraná.

A região metropolitana foi estabelecida como referência para contraste por ser a área de maior densidade populacional do estado, agrupando cidades em situação de conurbação e onde a migração pendular é mais acentuada. Adotando a hipótese de uma relação positiva (diretamente proporcional) entre contingente populacional e volume na produção de resíduos, conforme sinaliza a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PSNB/IBGE, 2002), seria também o espaço com mais potencialidade para concentração de grupos de catadores/recicladores.

Estabelecidos os critérios para escolha das cidades, passamos ao trabalho em campo, fazendo contatos com as unidades de reciclagem de Porto Alegre. Neste momento, foram adotados novos critérios para seleção dos grupos a consultar na cidade. Passemos, então, ao trabalho realizado nesta capital.

## 2. Das atividades desenvolvidas

### 2.1 Definição dos sujeitos para diálogo

A definição dos sujeitos para diálogo se deu mediante critérios mencionados anteriormente. Para tanto, elencamos todas as unidades existentes no município e, a partir

---

<sup>4</sup> As faixas populacionais foram estipuladas observando os índices populacionais das regiões mais populosas nas três unidades federativas, ponderando ainda inferências dos levantamentos preliminares na região metropolitana de Porto Alegre. Neste caso, foi constatado que os municípios com populações absolutas de até 50 mil habitantes apresentam, em média, apenas um grupo de catadores/recicladores, sendo que esta incidência aumenta significativamente apenas quando nos aproximamos dos 200 mil habitantes. Assim, pretendemos considerar contextos sócio-demográficos distintos no estudo do perfil do catador/reciclador.

desses dados, realizamos um primeiro contato no qual buscamos agrupar as unidades dentro das categorias com as quais trabalhamos<sup>5</sup>. Feito isso, realizamos a seleção dos grupos contemplando todas as categorias listadas, conforme a proporção de ocorrência entre as unidades de Porto Alegre, observando ainda a sua vinculação ou não ao MNCR. O passo seguinte consistiu no agendamento de visitas nas unidades selecionadas.

## **2.2 Realização das consultas com os catadores/recicladores**

As consultas foram realizadas com agendamento prévio, procurando adequar o calendário de execução do projeto ao dos galpões de reciclagem, já que os questionários seriam aplicados durante o período de trabalho dos catadores/recicladores. Em dois casos, assim não ocorreu, pois os trabalhadores não desenvolviam suas atividades em um “galpão”. Por isso, procuramos adequar o processo agendando previamente as entrevistas nas residências dos mesmos.

As consultas incluíram aplicação de questionários para levantamento sócio-demográfico (a 1/3 dos trabalhadores das unidades pesquisadas), a realização de entrevistas sobre as trajetórias de trabalho e vida dos catadores/recicladores e levantamento sobre as condições de gestão e trabalho nas associações que consultamos.

## **2.3 Levantamento de políticas públicas**

No que concerne ao inventário das políticas públicas, embora tenhamos colhido alguns dados junto aos gestores públicos e às unidades de reciclagem, não anexaremos as informações no momento, pois o volume de dados ainda se mostra insuficiente. Acreditamos que teremos melhores condições para análise destas informações no futuro, quando as contrastarmos com as características de outros municípios.

## **2.4 Levantamento de iniciativas de pesquisa**

O levantamento das políticas públicas foi realizado pela Internet concentrando-se nos CEFET e nas universidades federais do Estado do Rio Grande do Sul. Buscamos como orientação para a pesquisa núcleos de extensão, cursos regulares e grupos de pesquisa nas áreas de educação ambiental, reciclagem e/ou gestão ambiental. Da mesma forma, estes dados não acompanham os resultados descritos neste relatório parcial, por precisarem de análise mais detalhada.

## **2.5 Organização de proposta de publicação**

Juntamente com a execução da pesquisa, elaboramos proposta para uma seção especial da revista *Educação e Realidade*<sup>6</sup> com o título *Educação ambiental, ações coletivas e produção de subjetividades: cotidiano, lugares e perplexidades nas trajetórias de pesquisa*, a qual foi aprovada e está com publicação prevista para meados de dezembro do corrente ano.

---

<sup>5</sup> Análise do Custo de Geração de Posto de Trabalho' do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006).

<sup>6</sup> Publicação da Faculdade de Educação da UFRGS.

### 3. Critérios e amostras: os sujeitos com quem dialogamos

Tendo presente os objetivos da pesquisa, selecionamos 5 unidades de triagem, dentre as 15 conveniadas com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), levando em consideração os seguintes parâmetros:

- a classificação sugerida pelo estudo Análise do Custo de Geração de Posto de Trabalho, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006), que caracteriza os coletivos de trabalho em ordem decrescente de organização (com o intuito de garantir a representatividade de cada uma das quatro situações);
- o número total de unidades de triagem cadastradas junto à Prefeitura Municipal e ao MNCR (com o intuito de garantir a amostragem de pelo menos 1/3 do total);
- a localização das unidades de triagem (com o intuito de garantir a representatividade das diferentes regiões<sup>7</sup> que compõe o município de Porto Alegre).

A construção da amostra, pois, foi operada em duas etapas: uma primeira, na qual as unidades de triagem conveniadas foram classificadas de acordo com as situações apresentadas no estudo supracitado; a partir do resultado obtido na primeira etapa, uma segunda, na qual foram selecionadas 5 unidades a serem consultadas.

Na primeira etapa desse processo, todas as unidades de triagem conveniadas com o DMLU e o MNCR foram contatadas e, desde informações básicas prestadas pelos gestores, classificadas de acordo com as quatro situações possíveis. Como resultado, obtivemos o seguinte:

- 4 unidades de triagem na situação 1;
- 8 unidades de triagem na situação 2;
- 2 unidades de triagem na situação 3;
- 1 unidade de triagem na situação 4.

A partir desse quadro, a segunda etapa da construção da amostra (redução do contingente total a 30%) levou em consideração a localização geográfica das mesmas, com o intuito de evitar consultas em apenas uma ou poucas regiões da cidade, bem como a proporção entre as diferentes situações diagnosticadas, resultando num maior número de consultas junto a unidades na situação 2. Os cinco grupos consultados<sup>8</sup> foram os seguintes:

- AMAPAG – situação 4 / região Ilhas;
- Unidade de Reciclagem da Associação Comunitária Campo da Tuca – situação 3 / região Partenon;
- Associação dos Recicladores do Loteamento Cavalhada (ASCAT) - situação 2 / região Centro Sul;

<sup>7</sup> Regiões do Orçamento Participativo.

<sup>8</sup> Convém ressaltar que esta etapa da investigação foi antecedida por um estudo piloto, realizado junto à Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, localizada no Bairro Rubem Berta (região Eixo Baltazar) e classificada na primeira etapa da construção da amostra como correspondendo à situação 1.

- Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro (UTC) – situação 2 / região Lomba do Pinheiro;
- Associação Profetas da Ecologia – situação 1 / região Humaitá/Navegantes.



*Imagem de satélite mostrando a localização das unidades de reciclagem pesquisadas neste estudo (fornecido pela Google Earth)*

A base de dados para a construção deste relatório é composta por 64 questionários de perfil sócio-econômico, 10 entrevistas gravadas com a trajetória de vida dos recicladores e 5 dos gestores entrevistados (trajetórias), 5 consultas sobre gestão das unidades.

Apesar do reduzido n-amostral até este momento, e dos dados tabulados referirem-se apenas ao município de Porto Alegre, este relatório estabelece importantes referências para a compreensão do perfil sócio-econômico dos catadores/recicladores, constituindo-se uma importante análise preliminar desta pesquisa. Não se pretende produzir uma leitura generalizada e categorizada desta população, o que seria um equívoco pela complexidade dos contextos envolvidos, mas sim apontar especificidades e características marcantes destes sujeitos, construindo um referencial que servirá como aporte para a continuidade do trabalho.

Destacamos também que não estão inseridos aqui os dados sobre a gestão pública dos resíduos sólidos nem as experiências desenvolvidas pelas unidades federais de ensino junto a esta população. Esses dados ainda estão sendo tabulados e, por sua incidência restrita (apenas o município de Porto Alegre), consideramos insuficiente para estabelecer análises e comparativos, tendo em vista a necessidade de explorar outras experiências neste campo.

## PERFIL DAS UNIDADES DE TRIAGEM



Neste item vamos abordar uma caracterização geral das unidades de triagem em Porto Alegre, destacando informações sobre registro e legalização, constituição das associações, organização do trabalho, comercialização entre outros, traçando um panorama geral do perfil das unidades.

### 1. Constituição jurídica e formação dos grupos

No que se refere à formalização das atividades de trabalho, 80% dos grupos consultados possuem registros junto à Prefeitura Municipal e/ou Receita Federal, encontrando-se organizados sob a forma de associações<sup>9</sup>. Esse alto índice de formalização das atividades de trabalho pode ser atribuído, entre outros fatores, ao tempo médio de existência de cada um desses coletivos (80% fundados na década de 1990), à participação de entidades assistenciais (assessorias – em pelo menos 50% dos grupos, quando do início das atividades) e à prática de um repasse mensal<sup>10</sup>, da Prefeitura Municipal, para a manutenção das unidades de triagem cadastradas (funcionando como um estímulo à regularização dos coletivos). Além disso, ao que parece, a formalização se restringe a uma identidade jurídica, que permite às associações uma melhor relação com o poder público e outras instituições, mas não inclui (ou inclui de forma precária), por exemplo, o licenciamento ambiental.

O número de integrantes não oscilou consideravelmente durante o tempo de existência de cada um dos grupos consultados (observa-se um crescimento sutil, em média, atual entre 20 e 30 associados), embora os dados sugiram significativa rotatividade: a) 64% dos entrevistados atuam junto aos grupos por menos de 5 anos (desta porcentagem, 68,3% por menos de 3 anos); b) o número médio de associados que permanecem desde o início das atividades é de apenas 2. De acordo com os gestores, essa alta rotatividade dos membros das associações implica dificuldades na formação de lideranças e na construção de identidade de grupo, manifesta sob a forma de conflitos nas relações de trabalho, fofocas, entre outros problemas.

Esse caráter transitório da relação dos sujeitos com o trabalho da reciclagem pode ser atribuído a diferentes fatores, dentre os quais destacamos os seguintes: a) baixa identificação dos sujeitos com o trabalho que realizam<sup>11</sup>; b) precarização das condições de

<sup>9</sup> Ressaltamos que a seleção dos grupos consultados na presente investigação tomou como ponto de partida os cadastros do MNCR e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (universos marcadamente formalizados).

<sup>10</sup> Atualmente, no valor de R\$ 2.500,00.

<sup>11</sup> Tomando os depoimentos dos catadores/recicladores, poderíamos aventar a hipótese de que a identificação com o trabalho de reciclagem tem sido fragilizada pela desvalorização simbólica com a qual lida este segmento. No entanto, faz-se necessário considerarmos os dados a serem coletados em outras cidades para que possamos consolidar conclusões a respeito.

trabalho, como insalubridade, variações significativas nos rendimentos, remuneração baixa, inexistência de vínculos formais de trabalho e de direitos trabalhistas (CLT).

## 2. Dinâmica produtiva, gestão e participação

A dinâmica produtiva, na maior parte dos casos (acima de 80%), inclui as seguintes etapas: recebimento (80%); cestos/silos/gaiolas (80%); mesa/esteira (80%); bombonas (80%); box (80%); prensagem (100%); comercialização (100%). Do total de grupos consultados, apenas um tem a coleta de material como fonte principal de matéria-prima; todos os demais fundamentam o trabalho no recebimento direto em suas unidades. Nas etapas iniciais da triagem, predominam as mesas sobre as esteiras (60% e 20%, respectivamente). A totalidade dos coletivos consultados restringe o beneficiamento do material à triagem preliminar seguida pelo enfardamento e posterior comercialização.

Nas unidades investigadas, houve uma grande dificuldade por parte dos gestores em informar a quantidade de resíduo comercializada mensalmente. A variação na quantidade de material recebido pela unidade, a inexistência de equipamento de medição (balanças) e a falta de registros precisos e específicos, bem como a terceirização do controle contábil, contribuem para a inexatidão desta informação. Como média geral, os grupos estimam uma comercialização mensal entre 20 e 30 toneladas de resíduo.

Quanto ao destino do material triado, todas as unidades comercializam com os chamados “atravessadores”, comerciantes privados que compram materiais de unidades e de catadores/recicladores individuais e o revendem para as indústrias. Fatores como a pequena quantidade de material processado, a falta de espaço adequado para armazenamento de cargas maiores, estrutura logística insuficiente para o transporte e necessidade de rendimentos a curto prazo aparecem como os principais empecilhos para a comercialização direta com as indústrias nas falas dos gestores.

Especificamente no que se refere a essa mediação, faz-se importante destacar ainda as relações de cooperação e favorecimento entre as unidades de triagem (ou, de forma mais específica, dos seus gestores) e os atravessadores, manifesta sob a forma de exclusividade na venda e troca de pequenos favores, como adiantamentos e empréstimos. Neste sentido, o “atravessador” acaba se estabelecendo como uma parceria necessária ao sustento do trabalho da unidade, inaugurando uma relação marcada pela contradição entre “exploração” e “cooperação” (fator este que precisa ser observado em políticas de intervenção nesta cadeia produtiva).

<i>Destino do material reciclado</i>	<i>%</i>
Indústrias	40,0%
Atravessadores	100%
Outros	20,0%

Quanto às estruturas organizacionais, caracterizam-se pela simplicidade: na maior parte dos casos (80%) são compostas por apenas uma coordenação geral/presidência, eventualmente complementada por comissões operacionais. São raros os coletivos que contam com conselhos fiscais e/ou consultivos atuantes. Além disso, a delegação das

atividades de registro contábil a terceiros (contabilistas), sem que haja interlocução ou acompanhamento sistemáticos, é prática comum entre os grupos consultados.

Apesar de se constituir como principal instância deliberativa e contar com boa participação dos associados, a frequência das assembleias não aparece definida claramente. Ademais, a construção das pautas tende à centralização junto à diretoria (em 80% dos casos).

<i>Ocorrência regular de assembleia</i>	<i>%</i>
Não	40,0%
Sim	60,0%

<i>Construção de pauta</i>	<i>%</i>
Coletivamente em diretoria	0,0%
na própria assembleia	80,0%
equipe designada	20,0%
Outro	0,0%

Levando em conta alguns dos fatores que parecem caracterizar estes coletivos, como elevada rotatividade no trabalho, falta de identidade de grupo e não identificação com o trabalho que desenvolvem, podemos considerar que tal contexto fragilizaria o envolvimento dos associados com questões administrativas e/ou políticas (melhoria das condições de trabalho, reconhecimento da condição de catador/reciclador ou reivindicações por políticas públicas). Assim, também se potencializa a centralização da gestão/coordenação das unidades.

Acreditamos que, na continuidade do Estudo, poderemos analisar mais detidamente como as associações lidam com a transitoriedade de trabalhadores e as tomadas de posição que instauram, bem como, por outro lado, questionar de que modo os associados se relacionam com direções/coordenações potencialmente centralizadas.

### 3. Uso de EPIs e acidentes de trabalho

Em aparente contradição com aquilo que foi possível observar durante o trabalho de campo, a maior parte dos gestores consultados declarou que os trabalhadores utilizam os EPIs. Os mais frequentes citados nessa consulta foram os seguintes: luvas (80%), botas (40%) e óculos (20%).

<i>Utilização de EPIs</i>	<i>%</i>
Não utilizam	20,0%
Luvas	80,0%
Botas	40,0%
Óculos	20,0%
Outros	60,0%

Proporcionalmente (em relação ao número total de trabalhadores e ao intervalo de tempo considerado – últimos 6 meses), poucos foram os acidentes de trabalho registrados. As ocorrências mais frequentes são cortes (40%) e perfurações (60%). Em cerca de 60% dos grupos consultados não há registro de sequer um acidente. Este baixo índice de

ocorrências, entretanto, parece se dever mais à inexistência de um registro sistemático dos acidentes de trabalho do que à eficiência do processo produtivo ou à utilização dos EPIs. Também a precariedade das relações de trabalho, manifesta sob a forma de inexistência de licenças remuneradas em caso de acidentes de trabalho, parece contribuir para esta subestimativa.

#### **4. Gestão financeira: comercialização, fontes de renda, fundos de reserva e partilha**

Quase todos os coletivos de trabalho possuem outra fonte de renda, além daquela obtida com a comercialização do material processado; em 80% dos casos, entretanto, ela se restringe ao repasse de recurso feito pelo DMLU, como parte de uma política pública instituída no município de Porto Alegre. O valor repassado à associação restringe-se ao financiamento de custos operacionais das atividades (transporte, manutenção de equipamento, etc.), sendo exigida prestação de contas mensal que justifique a aplicação do recurso.

A partilha dos ganhos obtidos com a comercialização dos materiais processados entre os associados, na maioria dos casos (80%), é realizada uma vez por mês; há, entretanto, partilhas semanais e quinzenais também, respondendo a especificidades locais.

O recolhimento e a destinação de parte dos rendimentos para a manutenção de um fundo reserva não figura entre as práticas corriqueiras na gestão das unidades de triagem. Em 80% dos grupos consultados não há qualquer tipo de reserva. Em parte devido ao baixo capital de giro (que mal garante a manutenção das atividades produtivas e a subsistência de seus associados), em parte devido à cultura da instantaneidade (BAUMAN, 2007)<sup>12</sup>, na qual se forjam os sujeitos integrantes desses coletivos, a inexistência de fundo destinado à manutenção ou ampliação das atividades produtivas dificulta sobremaneira a gestão das unidades de triagem, principalmente naqueles momentos de queda na cotação do material e/ou na produção total de resíduo.

<b>Despesas e pagamentos</b>	<b>%</b>
Não resposta	20,0%
Alimentação	40,0%
Aluguel	0,0%
Combustível	40,0%
Conta de água	40,0%
Conta de luz	40,0%
Conta de telefone	20,0%
Gás	20,0%
INSS	20,0%
Materiais de expediente	60,0%
Materiais para o trabalho	20,0%
Serviços terceirizados	20,0%
Outros	40,0%

<sup>12</sup> BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

## 5. Parcerias

A maioria das unidades manifesta que teve apoio de algum tipo de parceria no período de sua constituição, variando entre ONGs e fundações, poder público municipal e instituições de ensino superior (principalmente na forma de incubadoras). Constam como parcerias atuais: indústrias (80%), poder público federal (40%), ONGs (40%), movimentos sociais (20%), entidades religiosas (20%), entidades filantrópicas (20%) e outros (40%). Há que se destacar, nesse ínterim, que boa parte das unidades de triagem consultadas conta (ou já contou) com assessorias administrativas. Aqui se faz necessário questionar qual o grau de envolvimento destas parcerias no desenvolvimento das atividades das unidades, merecendo este ponto melhor aprofundamento ao longo da pesquisa.

<b>Parcerias da unidade</b>	<b>%</b>
Não resposta	20,0%
Indústrias	80,0%
Poder público estadual	0,0%
Poder público federal	40,0%
ONGs	40,0%
Movimentos sociais	20,0%
Entidades religiosas	20,0%
Entidades filantrópicas	20,0%
Outros	40,0%



## PERFIL DOS CATADORES/REICLADORES

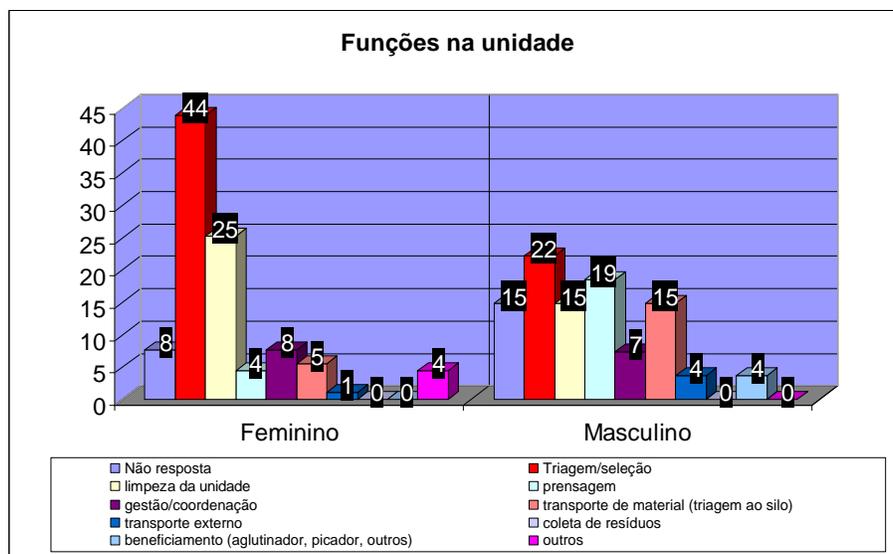
Passaremos agora à análise das informações obtidas juntos aos catadores/recicladores, nas consultas sócio-demográficas e nas entrevistas individuais. A exemplo do item anterior, apresentaremos o texto dividido em tópicos, visando, aqui, facilitar a leitura de aspectos considerados pertinentes na caracterização do perfil do catador/reciclador e que, além disso, podem configurar pontos importantes para aprofundamento na pesquisa.

### 1. Gênero e reciclagem

Os coletivos de trabalho investigados são formados por 68% de mulheres<sup>13</sup> e 32% de homens. Essa proporção se encontra refletida na forma de organização das atividades produtivas e sugere (ao mesmo tempo em que convida ao aprofundamento da investigação) uma possível divisão sexual do trabalho orientada por um padrão de discriminação subjetiva e reforçada por noções preconcebidas sobre o que seriam tarefas tipicamente femininas e masculinas (MARTINS, 2005)<sup>14</sup>. De um modo geral, são as mulheres as responsáveis pelas atividades que exigem maior concentração e motricidade fina, como a triagem dos materiais, além daquelas tradicionalmente associadas ao sexo feminino, como a limpeza do local de trabalho e o gerenciamento das cozinhas/refeitórios. Os homens, por sua vez, desempenham predominantemente funções que exigem ou são relacionadas à força física, como o transporte de material (carregamento de fardos e esvaziamento de bombonas) e o manejo de máquinas pesadas (prensas, picadores, etc.).

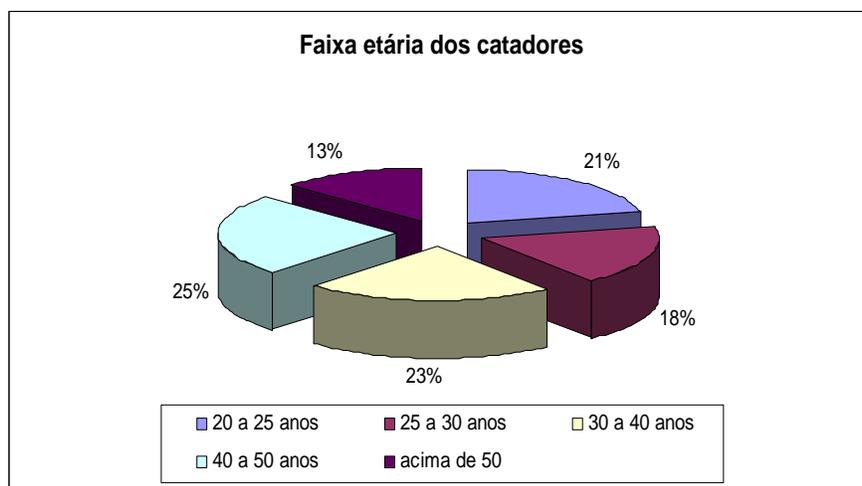
<sup>13</sup> Número que se mantém constante pelo menos desde 2001, conforme atesta a pesquisa Projeto Galpão: Escolarização nas Unidades de Reciclagem em Porto Alegre (UFRGS/PMPA/SMED), que diagnosticou, naquela ocasião, o montante de 67% de mulheres compondo os coletivos de trabalho da capital.

<sup>14</sup> MARTINS, C. H. B. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade profissional. *Mulher e Trabalho* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 5, p. 65-78, 2005.

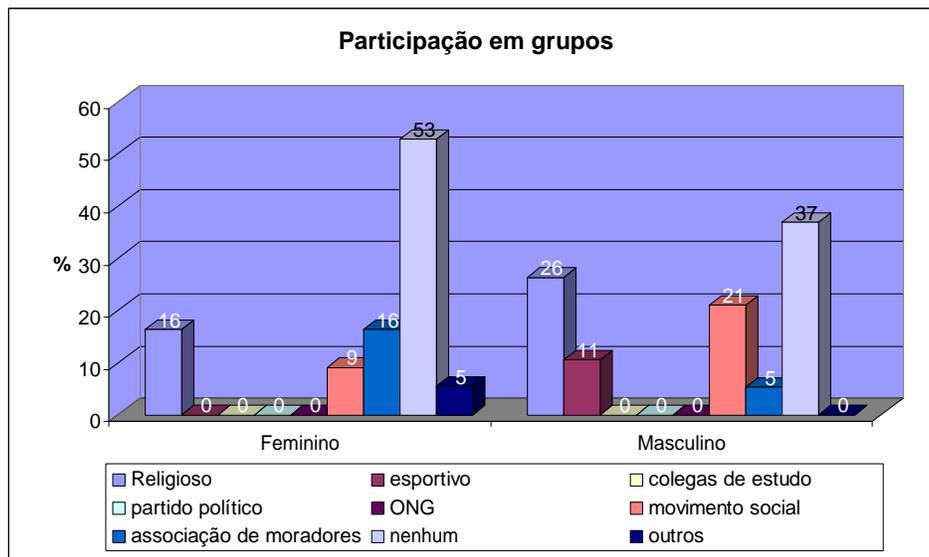


Entretanto, no que se refere à gestão das unidades, vemos uma presença maior de mulheres ocupando os cargos de presidência/coordenação. Martins (2003), em estudo sobre esta população, afirma que o maior número de mulheres nas unidades as favorece para que ocupem cargos de liderança. De outro lado, constatamos que as mulheres também apresentam uma rotatividade menor que os homens, condição que potencializa o envolvimento com questões relativas à organização do trabalho e gestão da unidade.

Estas mulheres concentram-se na faixa etária acima de 20 anos, bem distribuídas em 5 grupos etários (conforme gráfico abaixo), e constituem-se “chefes de família”, responsáveis por grande parte da renda familiar, como veremos no perfil familiar logo a seguir (a reciclagem corresponde a 62,82% do ganho familiar).



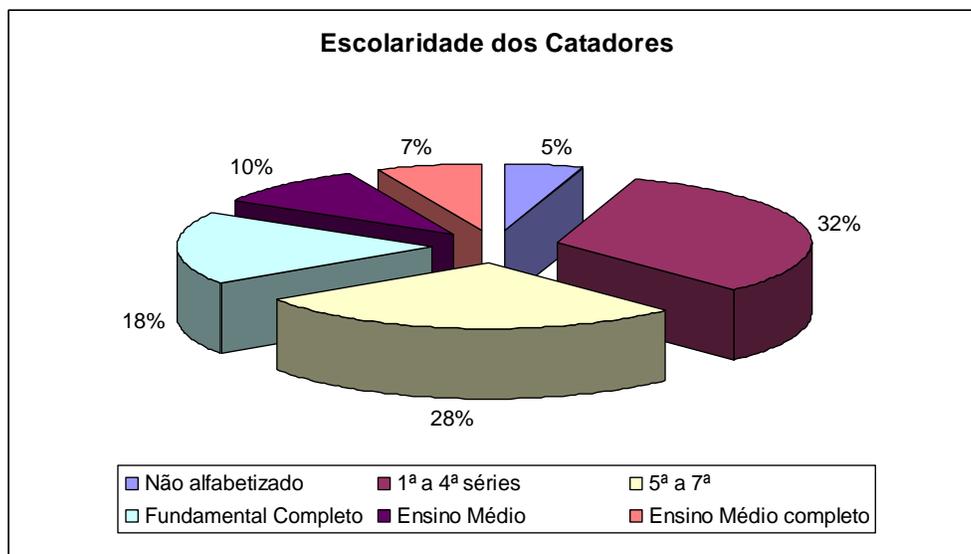
## 2. Inserções e participações



Como demonstra o gráfico, quando questionados sobre a inserção e/ou participação em outras organizações sociais, a maioria dos recicladores não está ligada a nenhuma outra organização (48,6%). Dos que afirmam participação, vincula-se geralmente a expressões comunitárias locais (18,9% em grupos religiosos e 13,5% em associações de moradores). Com relação aos 12,1% que afirmam participar em “movimento social”, trata-se do Movimento Nacional de Catadores e Recicladores (MNRC), no qual exercem algum tipo de militância (participação em reuniões e manifestações, assembléias, instâncias de organização).

## 3. Escolaridade e relação com a educação

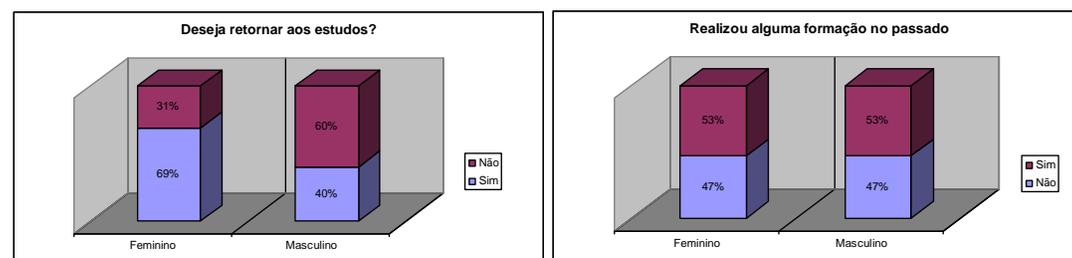
Quanto ao perfil educacional dos catadores/recicladores, este se apresenta bastante fragilizado no que concerne às inserções no sistema de ensino. Dos entrevistados, 95,3% afirmam que não desenvolvem, atualmente, nenhuma atividade de âmbito educativo, sejam cursos e oficinas de formação ou complementação de escolaridade. Em relação à formação realizada no passado – escolaridade (levando em conta à faixa etária dos entrevistados), 96,9% afirmaram que tiveram algum contato com a escola em suas trajetórias de vida, mas apenas 18% concluíram o Ensino Fundamental e 7% o Ensino médio. Nesta população, 32% tiveram formação até a 4ª série do ensino fundamental (séries iniciais), e 28% pararam de estudar entre a 5ª e 7ª séries.



Questionados sobre o desejo de retomar os estudos, 60,9% demonstraram interesse em currículos complementares, a maioria com formação noturna (28,1%), sendo que as mulheres revelam interesse de maneira mais recorrente (69%). O retorno aos estudos é justificado, principalmente, pela exigência de uma escolaridade cada vez mais elevada no mercado de trabalho formal, o que impossibilitaria o ingresso desta população em tal nicho. Além disso, manifestam o desejo de aprimorar-se como pessoa (ampliar o conhecimento) e de auxiliar os filhos nos processos de aprendizagem escolar.

Entretanto, como justificar o contraste entre interesse em retomar os estudos (60,9%) com o fato de 95,3% dos entrevistados não desenvolverem atualmente nenhuma atividade de cunho educativo? Surgem como argumentos para não ingressar em atividades educativas a idade avançada, a falta de tempo por excesso de trabalho e o atendimento às demandas familiares (cuidado dos filhos).

Considerando uma possibilidade de formação profissionalizante ao longo da trajetória de vida, questionamos os recicladores sobre a participação/freqüência em algum curso/oficina de formação, independente de sua origem ou organização (ONGs, poder público, estado, etc): 53% tiveram acesso a algum tipo atividades de formação, e 47% não. Levando em conta estes dados de formação complementar e a situação sócio-econômica da população considerada, pode-se questionar a metodologia utilizada nos programas e ações sociais de cunho formativo desenvolvidas pelo Estado, ONGs, ou outras instituições. Apesar da participação neste tipo de atividade ser comum (atingem mais da metade dos catadores/recicladores), o grau efetivo de inserção desta população no mercado de trabalho de forma estável (seja através do trabalho formal ou de renda fixa informal) é ainda muito reduzida e precarizada (como veremos mais abaixo).



## 4. Perfil sócio-econômico e trabalho

### 4.1 Condições de moradia

A maioria dos recicladores mora próximo às unidades de triagem, deslocando-se menos de 30 minutos a pé até o trabalho (64% do total, sendo que 19% levam menos de 10 minutos). As casas possuem em média 3 a 4 peças (42,2% do total), e 54% afirmam que a casa é própria<sup>15</sup>. Estas residências, de maneira geral, estão equipadas com televisão, geladeira, rádio, telefone celular, fogão, máquina de lavar e aparelho de DVD. Com relação aos serviços de infra-estrutura, as maiores deficiências estariam no acesso à telefonia fixa (42% possuem acesso) e à rede de energia elétrica, dado o elevado percentual de ligações irregulares (47% do total geral). Em relação à rede de esgotos, 35% das residências não possuem rede de esgoto canalizada e tratada, número significativo dada a infra-estrutura do município de Porto Alegre.

Nesta população, 34,4% está no atual local de residência há menos de 6 anos. Ponderando sobre as citações de locais de moradia anteriores, podemos observar que há uma migração (intensa), motivada principalmente pela busca de trabalho e de melhores condições de vida.

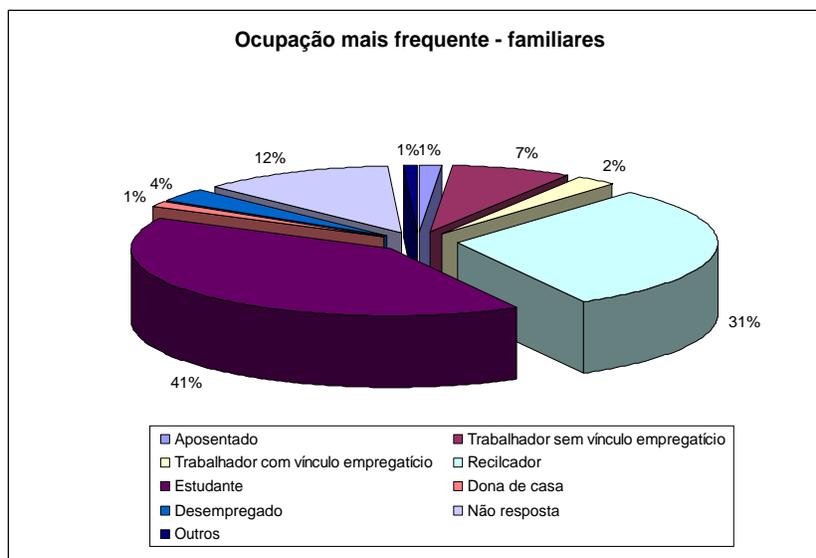
### 4.2 Composição familiar e renda

As famílias dos catadores/recicladores pesquisados apresentam-se constituídas por uma média geral de 4,64 membros, com concentração em duas faixas de número de residentes por domicílio: 53,2% de 2 a 5 pessoas e 26,6% entre 5 e 7. A média do número de filhos é de 2,33 filhos por núcleo familiar.

<i>Média do número de filhos</i>	
Média do número de filhos	2,33
Média de moradores por família	4,64

A renda familiar média é de aproximadamente R\$ 740,00. Entretanto, destacamos que o número de dependentes desta renda é bastante elevado (média de 4,64 pessoas), estabelecendo uma média per capita de R\$ 159,48. A ocupação citada com mais frequência entre os familiares do respondente foi “estudante” (41%), dado o número de filhos existentes por domicílio (equivalendo a aproximadamente metade do número de integrantes) e em decorrência da permanência destes na escola. O restante das ocorrências de ocupação estão relacionadas a trabalhos informais, sem vínculo estabelecido, como podemos ver na tabela abaixo:

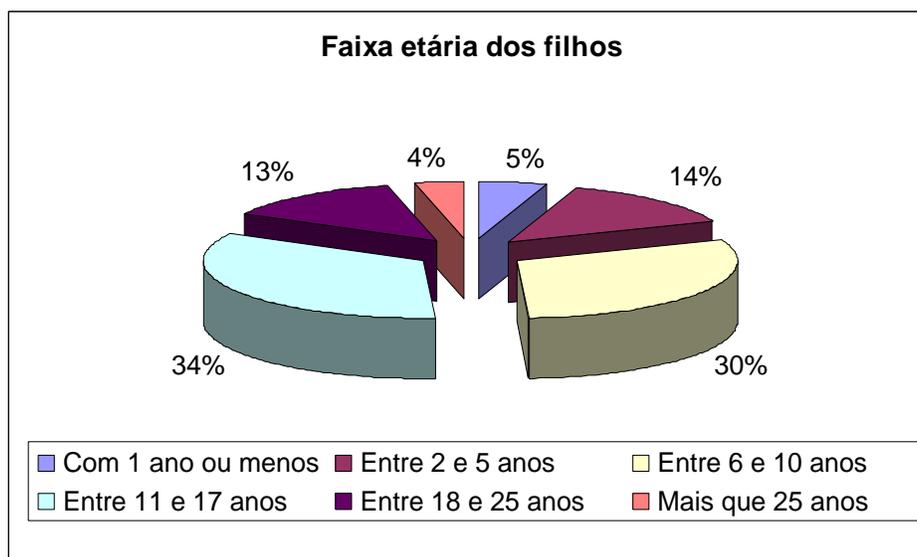
<sup>15</sup> Destacamos que este dado pode ser superestimado devido a certa reserva dos entrevistados em informar a real situação de suas moradias, não considerando a dimensão legal da propriedade. Este inclusive é um tema interessante para futuros estudos: o sentimento de pertença e propriedade desta população, que não consideram, por exemplo, atributos como documentação (escritura, neste caso) para afirmar propriedade. Esta é estabelecida sobre outros princípios, como ocupação do terreno, construção por conta própria da moradia, remoção de outra vila por parte do poder público, compra de outro proprietário sem considerar questões legais, entre outros.



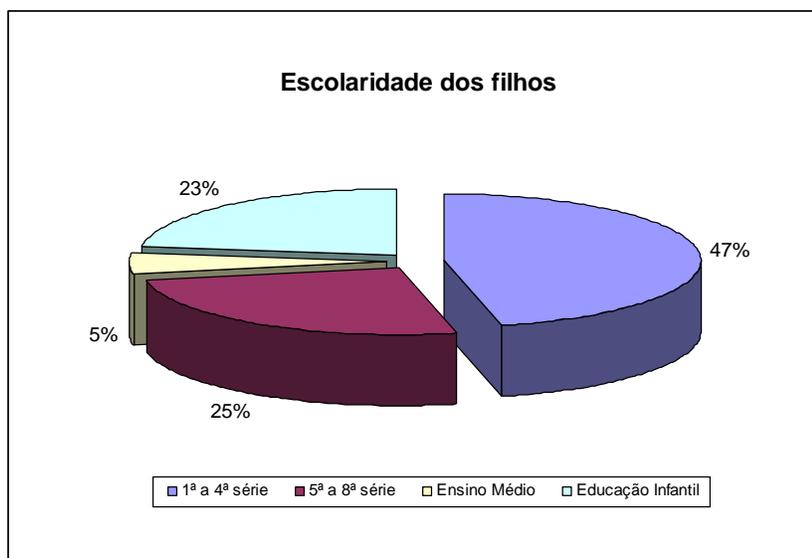
A atividade mais recorrente entre os familiares é a de “reciclador” (31%), sinalizando a relevância deste trabalho para a manutenção financeira dos núcleos familiares, o que pode ser observado também no percentual de contribuição da reciclagem para o rendimento familiar (67,82%).

#### 4.3 Composição familiar: filhos e escolaridade

Em relação à faixa etária dos filhos, as incidências de maior frequência estão entre as faixas de 6 a 10 anos (30%) e 11 e 17 anos (34%), o que justifica o grande número de ocorrência de estudantes como ocupação no grupo familiar. Influencia também este número a exigência feita por programas sociais (como bolsas de auxílio) e que estabelecem como critério de seleção a permanência dos filhos na escola.



Tendo em vista as faixas etárias mais presentes entre os filhos dos catadores/recicladores (entre 6 e 17 anos), justifica-se o fato de, na escolaridade, apresentarem maior incidência os que estudam entre a 1ª e 4ª séries (47%) e 5ª e 8ª séries (25%). Também é significativo o número daqueles que participam de atividades de educação infantil (23%). A presença de filhos menores de 10 anos (49%) surge como uma das justificativas de permanência no trabalho de reciclagem, principalmente por parte das mulheres, pois o trabalho nas associações possibilita um acompanhamento maior dos filhos e da família pela proximidade da residência e pela flexibilidade das relações de trabalho nas unidades.



Em relação à correspondência entre “idade” e “série escolar” (considerando o ingresso na 1ª série do Ensino Fundamental com 7 anos), percebe-se que há uma concentração de séries nas idades a partir de 10 anos (4 séries diferentes apenas nesta faixa), e que vai se mantendo conforme progride a idade. Estes dados sugerem um grau maior de repetência escolar a partir dos 10 anos e a partir da 4ª série do Ensino Fundamental.

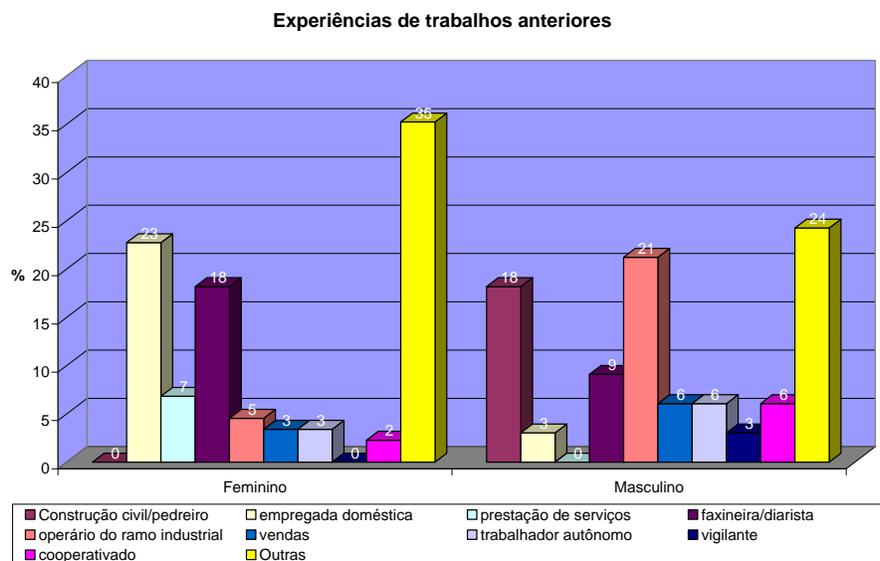
Idade	Ed infantil	1ª Série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Ensino médio
0 a 5 anos	15									
6 anos	5	4								
7 anos	6	2								
8 anos		3	5	1						
9 anos			3	6	1					
10 anos		1	1	4	3					
11 anos			1	2	3	2				
12 anos					2	1				
13 anos					3		2	2	1	
14 anos	1				4	1	2	2	2	
15 anos							1	1	1	
16 anos						1	2		2	1
17 anos									2	3
acima 18 anos		2				1	1	1	1	2

Esta última informação mereceria análise mais profunda na seqüência da pesquisa, considerando que a relação dos trabalhadores consultados com a escola e com os estudos foi bastante fragilizada ao longo de suas trajetórias, de forma que parece ter contribuído pouco para a organização de suas vidas. No entanto, percebemos que há predisposição destas famílias em garantirem a permanência dos filhos na escola (e não no trabalho), mas, assim mesmo, os dados sugerem repetência escolar e baixa escolaridade (apenas 5% dos filhos estão no Ensino Médio).

Apesar de não ser o foco central deste estudo, salientamos a existência de uma superestimativa no que se refere à permanência dos filhos na escola, motivada em parte pelo receio dos entrevistados em perder benefícios sociais. O baixo número de estudantes do Ensino Médio (5%) seria um dos indicativos desta estimativa equivocada.

#### 4.4 Trajetórias de trabalho

As primeiras caracterizações que poderíamos destacar aqui concernem à faixa etária e ao tempo de trabalho. Na maioria dos casos, estes trabalhadores possuem idade acima de 30 anos (faixas etárias com maior freqüência), de maneira que sua relação com o trabalho já consolidou algumas experiências.



Dentre as atuações profissionais anteriores, predominam inserções informais: serviços domésticos para mulheres, e construção civil e indústria para homens. Há que se observar, porém, que os respondentes possivelmente desconsideraram o trabalho realizado para a subsistência familiar, em atividades agrícolas em cidades do interior do Estado, como comumente citaram nas entrevistas os trabalhadores de idade mais avançada.

*“Eu comecei a trabalhar na fazenda com meu tio de pião eu tinha dez anos, já trabalhava. Foi por ali que eu fui aprendendo com a vida [...] Vim com dezenove anos [para Porto Alegre], em 1970. Aí, aqui eu comecei, cheguei aqui e comecei nas obras, serviço arranjado pelo meu cunhado e irmão, comecei nas obras, de servente, porque eu não sabia.”<sup>16</sup>*

<sup>16</sup> Entrevistas de trabalhador em jan/2009.

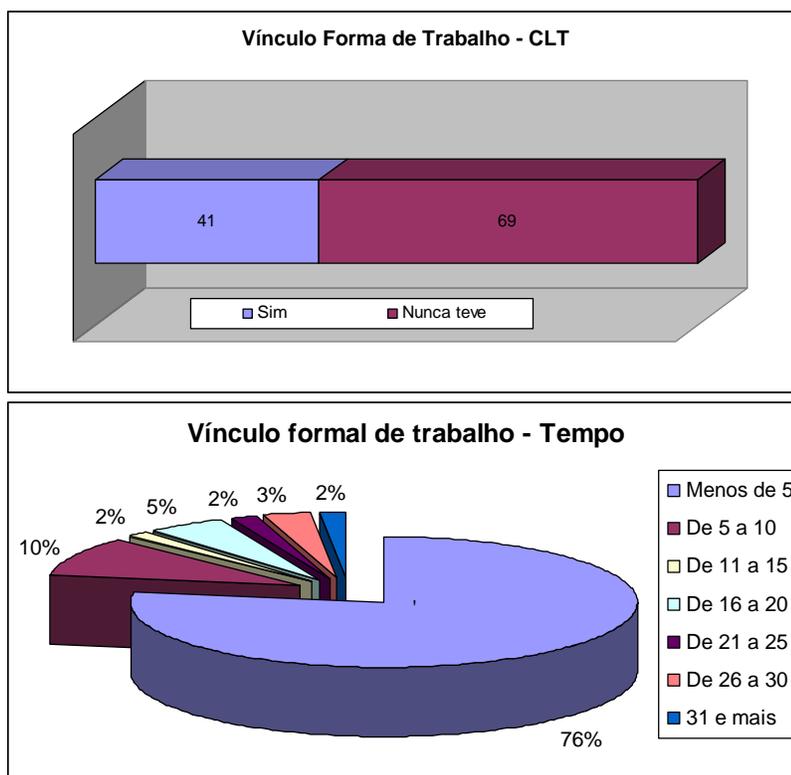
*“Eu estudei até meus 17 anos, depois eu comecei a trabalhar no reciclado [...] mas era assim, como é que se diz... numa firma informal. Era uma invasão, aí eu me encaixei lá no reciclado. [...] Ah, lá eu trabalhei em média um ano e meio, só. Um ano e meio. E não tinha carteira assinada, não tinha nada.”<sup>17</sup>*

Nas entrevistas, foi possível observar que a maioria dos trabalhadores em faixas etárias mais elevadas, acima dos 35 anos, é oriunda de cidades do interior do Estado, tendo iniciado atividades de trabalho em tarefas conduzidas pela família (agricultura, extrativismo, etc.). Aqueles mais jovens vêm constituindo trajetórias na região metropolitana, em atividades como serviços domésticos, indústria e construção civil.

#### 4.5 Vínculos formais: carteira de trabalho e INSS

*“Trabalhei. Nunca tinha trabalhado [com carteira assinada]. Aí uma nora trabalhava, tinha vaga, perguntou se eu não queria, eu disse ‘quero’. Aí trabalhei um ano. Aí saí, de carteira assinada, aí depois nunca mais trabalhei.”<sup>18</sup>*

Embora 60% tenham experimentado atividades sob o regime de CLT, destes 75% usufruíram este sistema por menos de 5 anos, o que parece afetar significativamente as condições de contribuição e participação no sistema de previdência público<sup>19</sup>.



<sup>17</sup> Entrevistas de trabalhador em jan/2009.

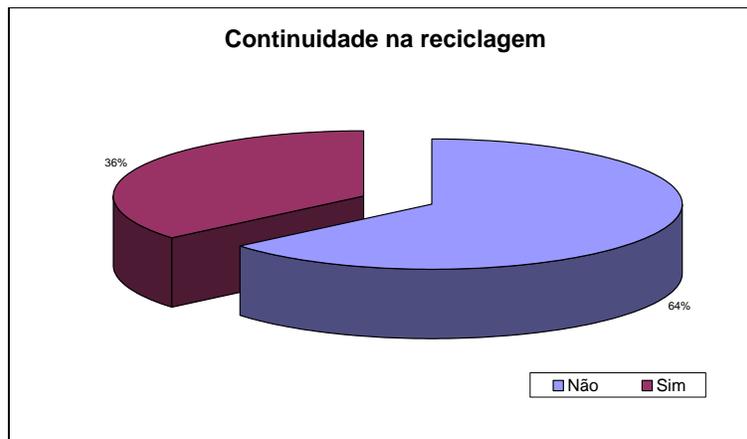
<sup>18</sup> Depoimento de catadora/recicladora em dez/2008.

<sup>19</sup> Nas consultas aos gestores das unidades, verificamos que apenas uma das associações viabilizava o pagamento de INSS para os trabalhadores, organizando o pagamento de guias de autônomo. Em alguns casos isolados, os recicladores fazem o recolhimento por iniciativa própria.

#### 4.6 A opção pela reciclagem

“Por que você resolveu trabalhar com reciclagem?” A partir desta questão, emerge como resposta dos entrevistados uma trajetória de vida marcada pelas dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, principalmente devido à falta de oportunidades de emprego e à baixa escolarização, acompanhada por situações de desemprego familiar, necessidade de sobrevivência e de estabelecimento de uma atividade remunerada em curto espaço de tempo.

Além disso, pesa na opção por trabalhar com a reciclagem: proximidade das associações do local de residência; flexibilidade das relações de trabalho (horários a cumprir, dispensas, entre outros), que permite cuidado e acompanhamento dos filhos e da família (elemento presente principalmente no relato das mulheres), e presença de amigos e familiares nesta atividade, abrindo caminho para uma inserção neste ramo de trabalho, seja de forma individual ou coletiva (através das associações). É relevante também o fato do trabalho com reciclagem não estabelecer critérios/requisitos como idade, escolaridade, condicionamento físico, “boa aparência”, residência fixa, entre outros, surgindo como alternativa de trabalho de inclusão em casos de extrema precarização da condição social dos sujeitos.



Quando questionados sobre a continuidade neste trabalho, 64% dos entrevistados manifestaram desejo de deixar tal ramo de atividade em função da falta de direitos trabalhistas (como férias, 13º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), argumentando também que os ganhos são muito instáveis e variáveis, por vezes insatisfatórios, e as condições de trabalho, insalubres.

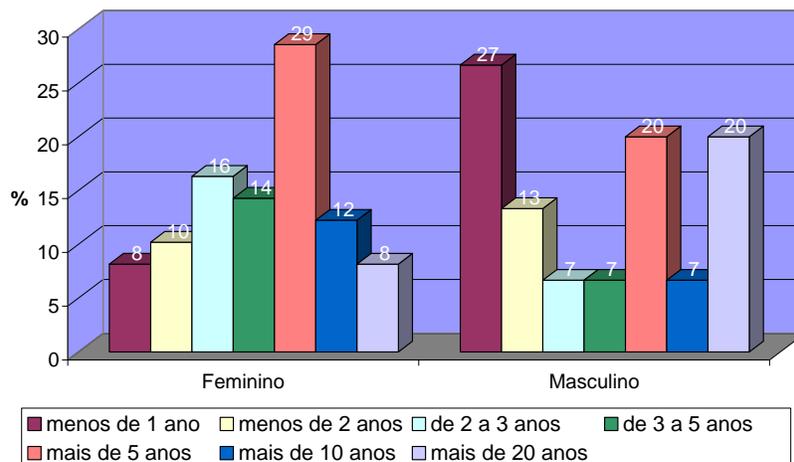
#### 4.7 Tempo de trabalho na reciclagem

O tempo de trabalho com reciclagem apresenta ocorrências mais significativas a partir de 2 anos, sendo que a maior média encontra-se entre 5 e 10 anos de trabalho, considerando também o período de coleta individual (como catadores/recicladores individuais – carrinheiros). Este dado pode parecer contraditório se relacionarmos com o tempo dos associados junto às unidades (64% estão a menos de 5 anos, indicando uma grande rotatividade). Entretanto, o que se percebe é que a maioria dos entrevistados já

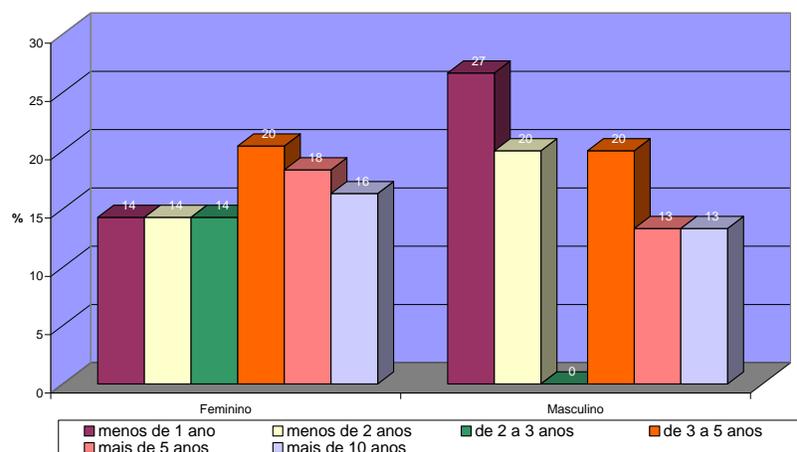
desenvolve a atividade de “catador” há bastante tempo, oscilando entre o trabalho em grupo e individual, inclusive com alternância de associações.

O tempo de permanência nas associações organizadas é bastante variável, dependendo muito da trajetória de vida do reciclador, de oportunidades de trabalho que vão surgindo e, principalmente, da relação de “produtividade x ganho” estabelecida na associação. Inferências resultantes do trabalho de campo nos levam a considerar, porém, que as associações que mantêm ganhos estáveis iguais ou superiores a um salário mínimo tendem a garantir a permanência de seus membros.

**Tempo de trabalho na reciclagem**

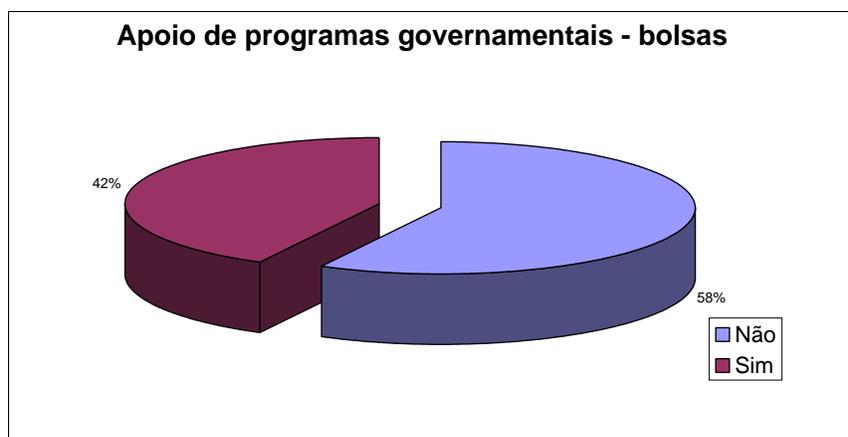
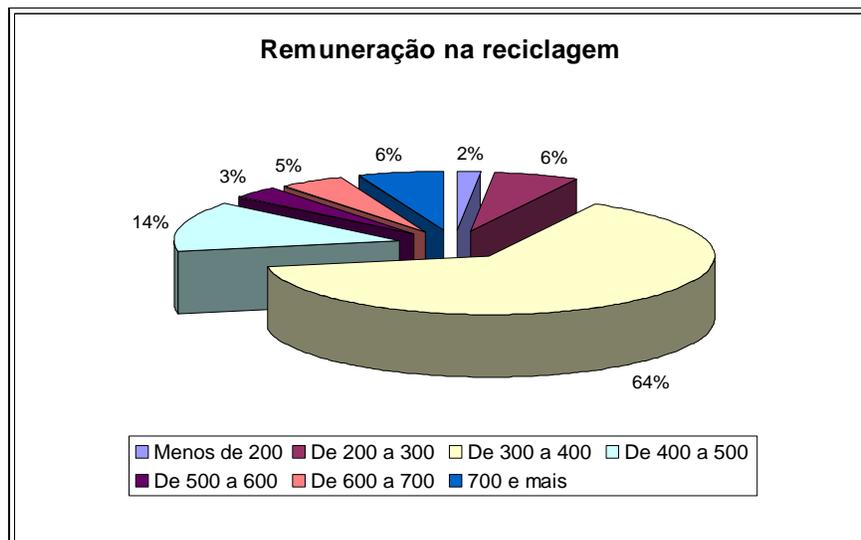


**Tempo de atuação no grupo**



#### 4.8 Ganhos individuais com reciclagem

As remunerações com o trabalho de reciclagem na cidade de Porto Alegre oscilam entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 (64%), sendo que a maioria dos consultados (73,4%) declara não possuir outra fonte de renda<sup>20</sup>.

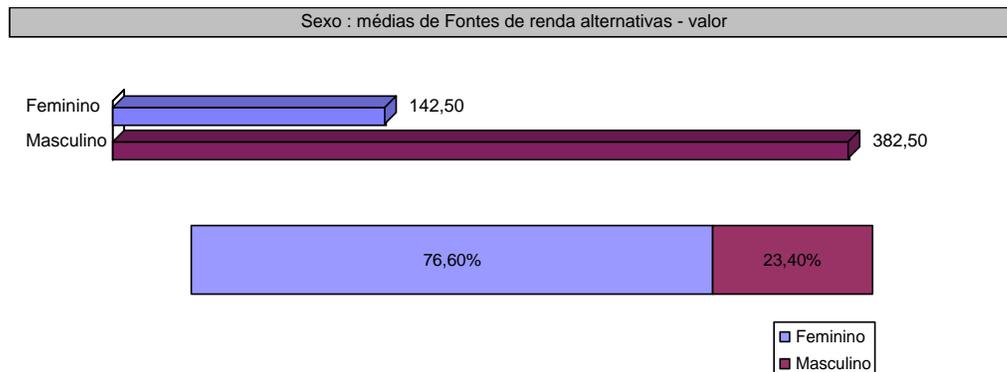


Se considerarmos os gráficos acima, observamos que o percentual que recebe bolsas/auxílios do governo é mais expressivo (42%) que o declarado para “outras fontes de renda”, o que poderia sinalizar a relevância dos programas governamentais na manutenção financeira destas famílias.

Entre os que declararam “outras fontes de renda”, registram-se ganhos inferiores para as mulheres, explicitando significativa desigualdade de ganhos nos acessos destas trabalhadoras ao mercado de trabalho informal, como que reproduzindo diferenciações já

<sup>20</sup> Não assumimos aqui um valor médio para renda, em função de significativas oscilações nos valores declarados conforme a realidade de trabalho, o que gera um elevado desvio-padrão. Dado que o universo ainda é pequeno, preferimos informar uma faixa de ganhos.

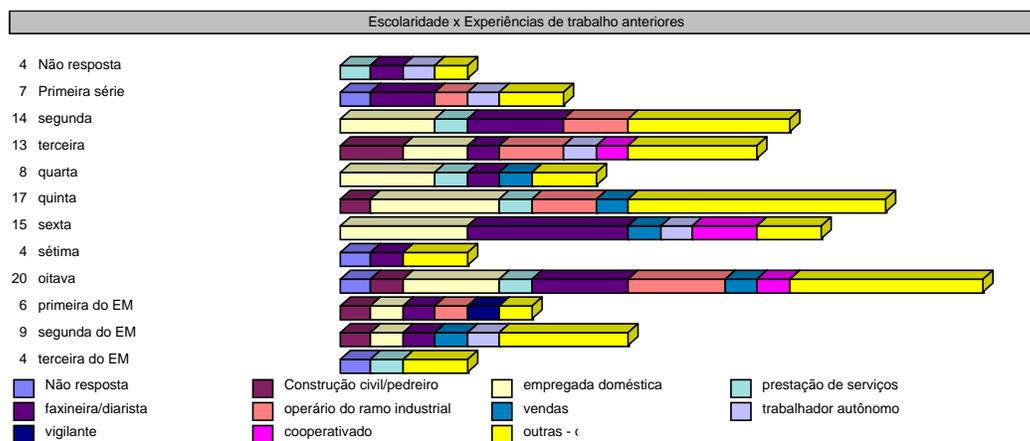
percebidas no âmbito formal. Neste sentido, cabe salientar que o universo pesquisado é composto majoritariamente por mulheres, demarcando presença numa atividade descrita como precária e provisória pelas próprias trabalhadoras.



#### 4.8 Renda e escolaridade

Tomando os dados abaixo, a escolaridade parece não afetar o acesso a vínculos formais ou a qualidade da inserção no mercado. Neste sentido, a relação com a escola e com os estudos merece ser problematizada ainda no que concerne à sua participação na organização das vidas destes trabalhadores. Precisamos perguntar, no correr desta pesquisa, por outros fatores que interferem em tal relação, para que possamos pensar propostas educativas que dialoguem com as trajetórias que os sujeitos vêm construindo e que desejam construir.

<b>Renda x escolaridade dos recicladores</b>	
Média com ensino médio	R\$ 444,44
Média de 5ª a 8ª	R\$ 438,40
Média 1ª a 4ª	R\$ 437,60
Não alfabetizados	R\$ 426,75



#### 4.9 Aprendizagens no trabalho

Quando questionadas, as pessoas com quem dialogamos afirmam aprendizagens ocorridas no trabalho, num processo sem sistematizações formais. Comentam saberes técnicos da seleção e prensagem dos materiais, mas citam também distinções do trabalho em uma associação, quando comparadas a atividades anteriores (com ou sem vínculo formal). Segundo comentam, se comparada à maioria das atividades informais que já realizaram, a permanência nestes grupos traria certa regularidade de ganhos e a necessidade de saberes para atuar em coletivo.

*“Caro que, num modelo de trabalho, aqui no galpão é mais tranqüilo, é melhor. Mas, na rua, também é bom da gente catar, mas na rua tem um problema, as pessoas ainda, não é todos, mas tem umas pessoas que não se conscientizaram que carrinheiro, carroceiro, o catador de papel na rua, é uma pessoa igual aos outros. Os catadores são muito humilhados na rua. Porque eu e a minha família fomos.”*

*“Aprendi um monte de coisa. Antes quando eu trabalhava eu não sabia pra que servia reciclagem, eu não sabia, agora tipo na rede a gente tá fazendo um folder, a gente tá aprendo como se faz um folder, como é que a gente vai nas escolas passar os ensinamentos. Tu aprende a trocar idéias com os outros grupos, que não é só os profetas que vai, é Dois Irmãos, é Nova Hartz.”*

Aqueles que assumem atividades de liderança acabam por desenvolver saberes na condução de reuniões, na mediação de conflitos e na representação das associações em instâncias políticas. Neste sentido, a presença de assessorias (ONG, poder público, etc.) ou a vinculação a movimentos sociais parece influenciar as aprendizagens em curso. Esta hipótese precisa ser mais bem analisada no curso da pesquisa, em contraste com os dados de outras cidades.

## CONSIDERAÇÕES E CONTINUIDADES



O trabalho com reciclagem parece compor uma trajetória de inserções informais no mundo do trabalho, contrastada nos depoimentos com o desejo de uma atividade estável, com direitos trabalhistas garantidos. Este posicionamento, pautado pela necessidade de sustento e precariedade das condições de trabalho, parece fragilizar a vinculação dos recicladores com esta atividade, salvo em casos de ganhos elevados<sup>21</sup>.

A maioria dos catadores/recicladores (64%) afirma que não gostaria de seguir trabalhando com reciclagem, justificando sua decisão em função da insalubridade do trabalho, a variação dos ganhos e a ausência de direitos trabalhistas. Neste sentido, os motivos para ingresso no trabalho de reciclagem mais citados foram a falta de oportunidades e dificuldades de acesso ao mercado formal. Tomando as respostas até aqui, a relação com o trabalho de reciclagem parece ser tomada como provisória/circunstancial e orientada predominantemente ao sustento.

Parece-nos, até o momento, que pensar práticas educativas neste caso, precisaria observar a relação que estes sujeitos vêm construindo com a reciclagem e, também, com o trabalho de maneira mais ampla. O seu distanciamento da escola e dos estudos formais de um lado, e a dinâmica de aprendizagens em atividades diversas, organizadas em torno da subsistência, de outro, poderiam talvez nos indicar caminhos na formatação de processos educativos significativos.

A partir da análise das narrativas construídas durante as entrevistas e dos dados disponíveis, consideramos oportuno encerrar este relatório trazendo uma provocação congruente com a transitoriedade que parece constituir as trajetórias de trabalho e vida de catadores/recicladores. Neste sentido, tomando em conta os deslocamentos e as buscas realizadas por estas pessoas, sugerimos neste momento a “migração” como metáfora para problematizarmos a continuidade da pesquisa e as práticas educativas que possamos sugerir, tomando o “migrar” como significativamente mais complexo do que um mero deslocamento físico entre lugares.

Migrar envolve um lugar de origem que é muito mais do que um mero local de partida: é o espaço de vida significado, conhecido, a partir do qual o migrante se projeta para o futuro mesmo antes de iniciar seu movimento; é também o lugar, ponto de referência, para onde inevitavelmente retorna durante o resto de sua caminhada.

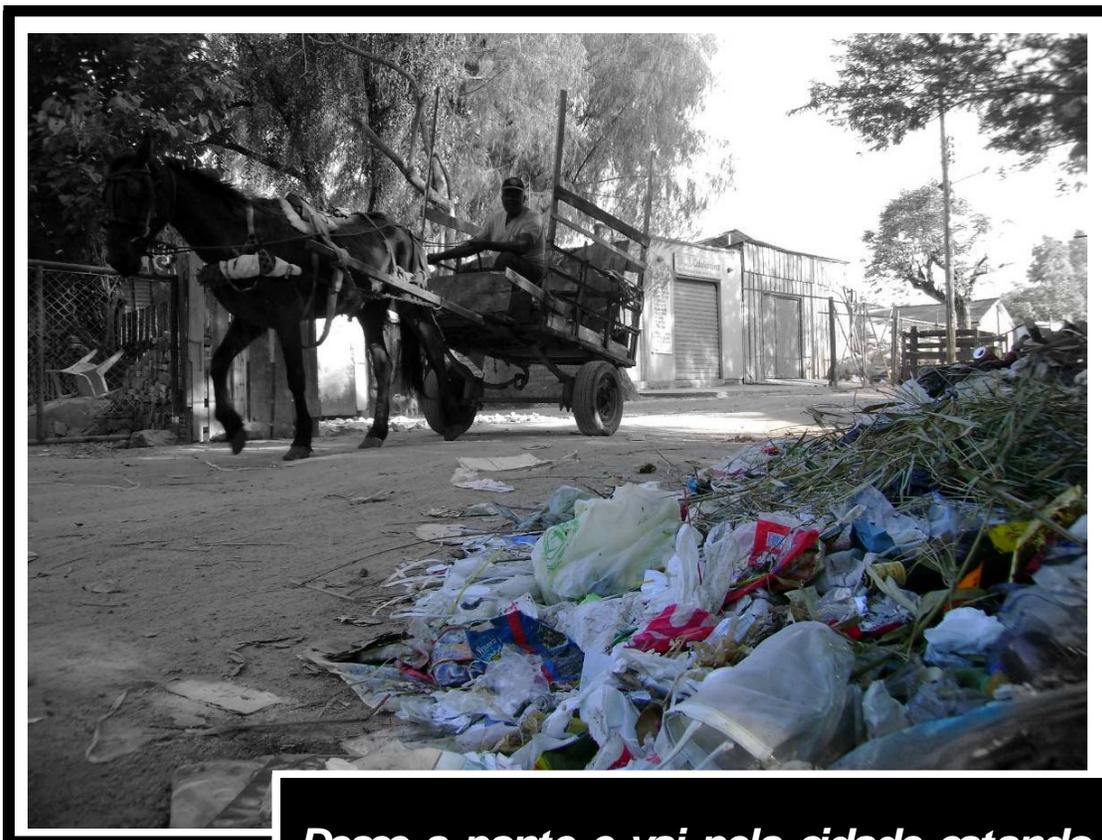
21 Ao longo desta fase da pesquisa, contatos com catadores/recicladores que atuam individualmente, na rua, apresentaram uma realidade de ganhos superiores àqueles de trabalhadores de unidades de reciclagem.

Os itinerários da migração, mais do que meras rotas pré-determinadas, constituem-se para os migrantes apenas ao longo de suas jornadas. Ativamente construídos pelos seus sujeitos, esses itinerários respondem simultaneamente a desejos e a necessidades; transformam-se e se reajustam em função das solicitações do presente, das lembranças do passado e das imagens de um futuro. Caracterizam-se também pela alternância entre momentos de privação (que exigem dos sujeitos algum tipo de superação) e expansão, sendo que na maior parte dos casos estes são suplantados por aqueles.

O fenômeno da migração, constituinte das trajetórias e dos cotidianos dos catadores/recicladores, traduz (como metáfora) a condição de transitoriedade que caracteriza não apenas a relação dos sujeitos com o trabalho da reciclagem, mas também suas próprias condições de vida. Entendemos, neste momento, que perceber e compreender tal contexto e o modus operandi articulado a ele seria o ponto de partida para construirmos atividades educativas junto aos catadores/recicladores.



## TRAJETÓRIAS EM IMAGENS



***Desce a ponte e vai pela cidade catando  
adonde tem.***

*(catadora/recicladora, Ilha Grande dos Marinheiros)*

***E ninguém fala hoje da realidade dos sete mil catadores que tem em Porto Alegre.***

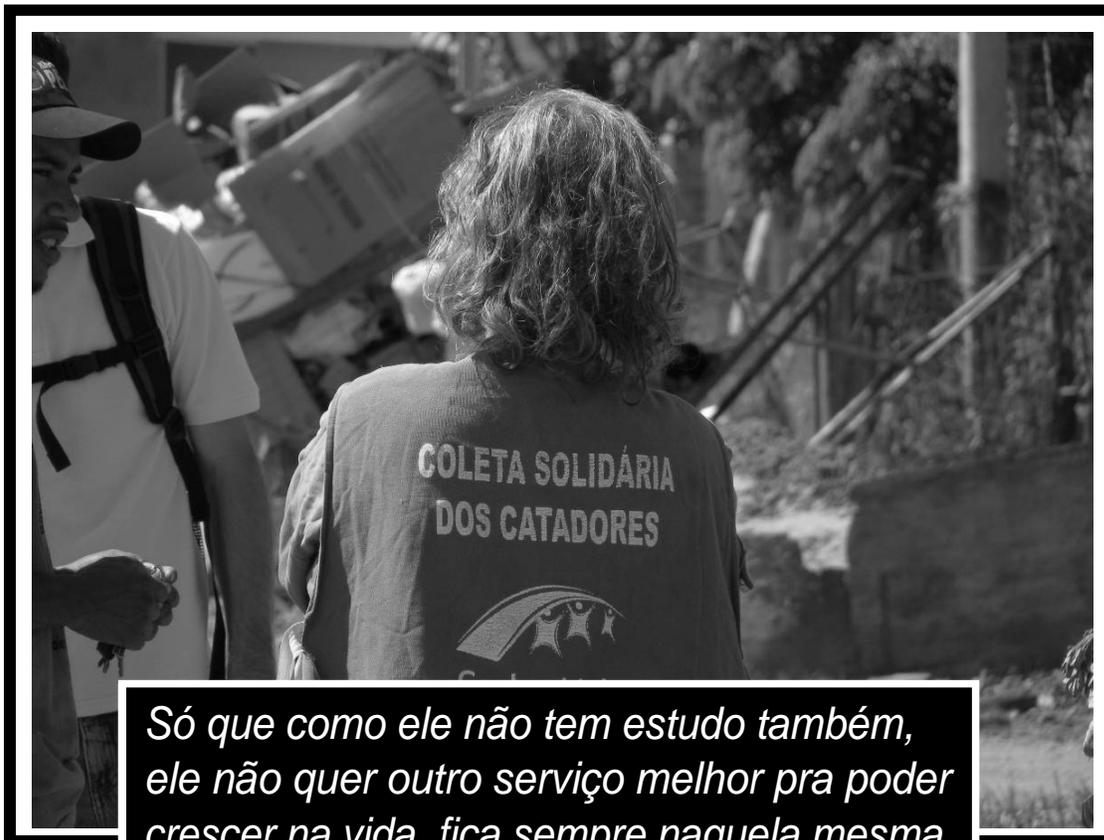
*(gestor, Profetas da Ecologia)*





*Se tu pensar bem é uma coisa muito importante, imagina que tu tá cuidando da tua cidade e da cidade dos outros também.*

*(catadora/recicladora, Profetas da Ecologia)*



*Só que como ele não tem estudo também, ele não quer outro serviço melhor pra poder crescer na vida, fica sempre naquela mesma coisa ali, querer puxar carrinho, ganham um dinheiro todo dia, o dinheiro dele (...)*

*(catador/reciclador, Campo da Tuca)*

*Parece que entra mais rápido na mente delas que tem que ter produção e quanto mais produção elas tiverem, mais elas vão receber.*

*(gestora, Campo da Tuca)*



*Eu não trocaria meu trabalho para trabalhar dentro de um escritório. O meu trabalho aqui pra mim é como minha família, é tudo!*  
(gestor, Cavahada).



*Nós sabemos o que era trabalhar individual, cada um “puxa” pra si, cada um trabalha pra si, pra família.  
(catadora/recicladora, Cavalhada)*





*Mas, na rua, também é bom da gente catar, mas na rua tem um problema, as pessoas ainda, não é todos, mas tem umas pessoas que não se conscientizaram que carrinheiro, carroceiro, o catador de papel na rua, é uma pessoa igual aos outros.*

*(catadora/recicladora, Cavilhada)*



*Não, pra gente que tinha que trabalhar era complicado estudar. Eu comecei a ajudar o pai e a mãe, ai comecei a ver os outros irmãos abaixo de mim, eu comecei a ajudar para dar estudo pros outros. Bem, agora são vocês...*

*(catador/recilcador, UTC)*

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.